



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022 PERÍODO JUN (Fechado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/07/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021	-	-	-	-	-	-11.081.035,79	-	-	-11.081.035,79
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	336.928,31	-	-	336.928,31
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	7.615.507,31	-	-	7.615.507,31
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2021	-	-	-	-	-	-3.128.600,17	-	-	-3.128.600,17

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022	-	-	-	-	-	-3.128.600,17	-	-	-3.128.600,17
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	1.405.114,23	-	-	1.405.114,23
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	53.589.995,90	-	-	53.589.995,90
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2022	-	-	-	-	-	51.866.509,96	-	-	51.866.509,96



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 26/07/2022	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	865.481.100,71	166.938.467,49
Ordinárias	-	-	Ordinárias	540.779.373,26	163.393.467,49
Vinculadas	-	-	Vinculadas	324.701.727,45	3.545.000,00
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	324.664.527,45	3.545.000,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Previdência Social (RPPS)	37.200,00	-
Transferências Financeiras Recebidas	826.810.594,86	92.509.707,83	Transferências Financeiras Concedidas	847.232,77	2.063.087,69
Resultantes da Execução Orçamentária	826.793.712,71	92.365.300,98	Resultantes da Execução Orçamentária	628.266,96	1.297.517,53
Cota Recebida	826.793.712,71	92.364.851,86	Repasse Concedido	619.414,90	918.517,53
Repasse Recebido	-	449,12	Cota Devolvida	8.852,06	379.000,00
Independentes da Execução Orçamentária	16.882,15	144.406,85	Independentes da Execução Orçamentária	218.965,81	765.570,16
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	84,23	141.656,45	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	75.979,83	188.817,40
Movimentação de Saldos Patrimoniais	16.797,92	2.750,40	Movimento de Saldos Patrimoniais	142.985,98	576.752,76
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	162.740.347,36	92.175.944,18	Pagamentos Extraorçamentários	3.406.177,06	3.345.188,88
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	61.696.492,59	94.755,25	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	208.294,14	17.196,70
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	100.751.050,59	91.073.476,88	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	3.048.573,66	2.917.043,39
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	160.724,65	410.948,79	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	149.309,26	410.948,79
Outros Recebimentos Extraorçamentários	132.079,53	596.763,26	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	5.891,47	5.080,33			
Arrecadação de Outra Unidade	126.188,06	575.074,86			
Demais Recebimentos	-	16.608,07			
Saldo do Exercício Anterior	76.696.372,68	74.612.927,04	Saldo para o Exercício Seguinte	196.512.804,36	86.951.834,99
Caixa e Equivalentes de Caixa	76.696.372,68	74.612.927,04	Caixa e Equivalentes de Caixa	196.512.804,36	86.951.834,99
TOTAL	1.066.247.314,90	259.298.579,05	TOTAL	1.066.247.314,90	259.298.579,05



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022 PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/07/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022 PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

EMISSÃO 26/07/2022 PAGINA 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	865.481.100,71	865.481.100,71
TOTAL	-	-	865.481.100,71	865.481.100,71
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-	-	-
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	225.689.449,00	225.689.449,00	865.388.899,41	764.643.506,02	702.947.013,43	-639.699.450,41
Pessoal e Encargos Sociais	90.147.732,00	90.147.732,00	82.579.797,80	42.189.603,35	42.189.603,35	7.567.934,20
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	135.541.717,00	135.541.717,00	782.809.101,61	722.453.902,67	660.757.410,08	-647.267.384,61
DESPESAS DE CAPITAL	2.617.389,00	2.617.389,00	92.201,30	86.544,10	86.544,10	2.525.187,70
Investimentos	2.617.389,00	2.617.389,00	92.201,30	86.544,10	86.544,10	2.525.187,70
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	228.306.838,00	228.306.838,00	865.481.100,71	764.730.050,12	703.033.557,53	-637.174.262,71
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	228.306.838,00	228.306.838,00	865.481.100,71	764.730.050,12	703.033.557,53	-637.174.262,71



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022 PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

EMISSAO 26/07/2022 PAGINA 3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	228.306.838,00	228.306.838,00	865.481.100,71	764.730.050,12	703.033.557,53	-637.174.262,71

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	4.421.439,77	2.764.152,85	2.764.152,85	1.263.128,20	394.158,72
Pessoal e Encargos Sociais	-	737.528,75	650.613,62	650.613,62	-	86.915,13
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	3.683.911,02	2.113.539,23	2.113.539,23	1.263.128,20	307.243,59
DESPESAS DE CAPITAL	-	336.827,36	284.420,81	284.420,81	52.406,55	-0,00
Investimentos	-	336.827,36	284.420,81	284.420,81	52.406,55	-0,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	4.758.267,13	3.048.573,66	3.048.573,66	1.315.534,75	394.158,72

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	160.335,54	47.958,60	208.294,14	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	160.335,54	47.958,60	208.294,14	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	8.300,00	-	-	-	8.300,00
Investimentos	8.300,00	-	-	-	8.300,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	168.635,54	47.958,60	208.294,14	-	8.300,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 26/07/2022	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	209.112.458,37	89.945.716,96	PASSIVO CIRCULANTE	206.783.610,93	145.429.277,91
Caixa e Equivalentes de Caixa	196.512.804,36	76.696.372,68	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	55.634.494,35	165.051,58
Créditos a Curto Prazo	9.211.034,95	10.006.896,88	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	9.211.034,95	10.006.896,88	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	72.541,64	8.300,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	354.253,01	500.651,20	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	3.034.366,05	2.741.796,20	Demais Obrigações a Curto Prazo	151.076.574,94	145.255.926,33
ATIVO NÃO CIRCULANTE	49.537.662,52	52.354.960,78	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	206.783.610,93	145.429.277,91
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Demais Investimentos Permanentes	-	-		2022	2021
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Imobilizado	42.334.104,68	43.884.942,16	Reservas de Capital	-	-
Bens Móveis	27.121.541,54	31.070.311,70	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	59.653.844,18	61.095.340,32	Reservas de Lucros	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-32.532.302,64	-30.025.028,62	Demais Reservas	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados Acumulados	51.866.509,96	-3.128.600,17
Bens Imóveis	15.212.563,14	12.814.630,46	Resultado do Exercício	53.589.995,90	7.615.507,31
Bens Imóveis	15.573.748,41	15.562.012,11	Resultados de Exercícios Anteriores	-3.128.600,17	-11.081.035,79
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-361.185,27	-2.747.381,65	Ajustes de Exercícios Anteriores	1.405.114,23	336.928,31
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Intangível	7.203.557,84	8.470.018,62	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	51.866.509,96	-3.128.600,17
Softwares	7.203.557,84	8.470.018,62			
Softwares	17.380.165,75	17.380.165,75			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-10.176.607,91	-8.910.147,13			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 26/07/2022	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	258.650.120,89	142.300.677,74	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	258.650.120,89	142.300.677,74

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	196.512.804,36	76.696.372,68	PASSIVO FINANCEIRO	162.870.543,76	4.978.096,27
ATIVO PERMANENTE	62.137.316,53	65.604.305,06	PASSIVO PERMANENTE	145.010.524,09	145.209.448,77
SALDO PATRIMONIAL	49.230.946,96	7.886.867,30			

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	11.161.112,65	9.080.631,26	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	193.852.094,48	165.309.174,46
Atos Potenciais Ativos	11.161.112,65	9.080.631,26	Atos Potenciais Passivos	193.852.094,48	165.309.174,46
Garantias e Contragarantias Recebidas	10.693.387,07	8.612.905,68	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	467.725,58	467.725,58	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	1.117.909,84	1.492.541,67
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	192.734.184,64	163.816.632,79
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	11.161.112,65	9.080.631,26	TOTAL	193.852.094,48	165.309.174,46

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	33.855.696,11
Recursos Vinculados	-213.435,51
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-1.172.222,09
Previdência Social (RPPS)	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	958.786,58
TOTAL	33.642.260,60



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
-------------------	--

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 26/07/2022	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA
----------------	--------------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	120.187.396,59	13.846.984,16
INGRESSOS	827.097.507,57	93.512.339,55
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	827.097.507,57	93.512.339,55
Ingressos Extraorçamentários	160.724,65	410.948,79
Transferências Financeiras Recebidas	826.810.594,86	92.509.707,83
Arrecadação de Outra Unidade	126.188,06	575.074,86
Demais Recebimentos	-	16.608,07
DESEMBOLSOS	-706.910.110,98	-79.665.355,39
Pessoal e Demais Despesas	-700.723.528,47	-72.180.756,50
Legislativo	-	-
Judiciário	-81.111.376,39	-72.025.952,64
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-19.781,47	-18.227,74
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-141.656,45
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 26/07/2022	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

	2022	2021
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-619.598.262,08	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	5.891,47	5.080,33
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-5.190.040,48	-5.010.562,41
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-5.190.040,48	-5.010.562,41
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-996.542,03	-2.474.036,48
Dispêndios Extraorçamentários	-149.309,26	-410.948,79
Transferências Financeiras Concedidas	-847.232,77	-2.063.087,69
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-370.964,91	-1.508.076,21
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-370.964,91	-1.508.076,21
Aquisição de Ativo Não Circulante	-370.964,91	-1.508.076,21
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	119.816.431,68	12.338.907,95
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	76.696.372,68	74.612.927,04
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	196.512.804,36	86.951.834,99



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 26/07/2022	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA
----------------	--------------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	828.304.888,43	96.795.438,14
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	826.826.853,56	95.111.099,83
Transferências Intragovernamentais	826.810.594,86	92.509.707,83
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	16.258,70	2.601.392,00
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.351.846,81	1.109.263,45
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.294.439,52	1.093.494,93
Ganhos com Desincorporação de Passivos	57.407,29	15.768,52
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	126.188,06	575.074,86
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



EXERCÍCIO 2022	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 26/07/2022	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	126.188,06	575.074,86
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	774.714.892,53	86.368.174,14
Pessoal e Encargos	45.350.912,23	44.098.617,72
Remuneração a Pessoal	36.087.668,80	35.390.497,33
Encargos Patronais	5.631.681,27	5.523.174,26
Benefícios a Pessoal	3.043.525,88	2.602.145,21
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	588.036,28	582.800,92
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.726.143,55	1.742.229,08
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	20.282,87	18.227,74
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.705.860,68	1.724.001,34
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	41.451.595,68	34.767.824,56
Uso de Material de Consumo	204.227,76	121.103,36
Serviços	37.216.325,99	30.692.721,87
Depreciação, Amortização e Exaustão	4.031.041,93	3.953.999,33
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	2.559.810,23	2.046.479,62
Transferências Intragovernamentais	847.232,77	2.046.479,62
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.712.577,46	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	683.103.951,46	3.133.670,29
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	17,61	131,43
Incorporação de Passivos	681.195.274,58	141.656,45
Desincorporação de Ativos	1.908.659,27	2.991.882,41



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA
----------------	--------------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
Tributárias	432.280,65	412.703,89
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	416.538,67	395.381,19
Contribuições	15.741,98	17.322,70
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	90.198,73	166.648,98
Premiações	2.740,00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	87.458,73	166.648,98
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	53.589.995,90	10.427.264,00

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2022	2021



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do Conselho Nacional de Justiça

2º Trimestre de 2022



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Sumário

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	4
Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Práticas Contábeis	4
Políticas Contábeis.....	4
Mensuração de Ativos e Passivos	4
Depreciação	5
Amortização.....	5
Notas Explicativas.....	7
NOTA I – Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas	7
Variações patrimoniais aumentativas	8
Variações patrimoniais diminutivas	10
NOTA II – Análise Patrimonial	12
Ativo	13
Passivo.....	15



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Patrimônio líquido.....	16
NOTA III – Execução do Orçamento do CNJ.....	17
Execução da Despesa	18
Execução da Despesa por Grupos	18
NOTA IV – Restos a Pagar.....	24
NOTA V – Descentralização Orçamentária – Créditos Concedidos e Recebidos via TED	26
Créditos concedidos	27
Créditos recebidos.....	29



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DC's) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964, da Lei 6.404/1976 e do Decreto 93.872/1986. Abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – **NBC TSP** – emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, além das orientações apresentadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 8ª edição. Os demonstrativos analisados foram: **Balanco Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Balanco Orçamentário; Balanco Financeiro; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração de Fluxo de Caixa.**

Políticas Contábeis

Mensuração de Ativos e Passivos

Os critérios de avaliação seguem as NBC TSP: os estoques são mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor; o imobilizado é mensurado pelo seu custo; os intangíveis são mensurados inicialmente ao custo; e os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, apropriando-se as obrigações trabalhistas pelo princípio da competência, como férias e 13º salário.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Depreciação

O CNJ adota as taxas de depreciação e vida útil aplicadas aos ativos enumeradas na Macrofunção SIAFI 02.03.30 - Depreciação, amortização e exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações principalmente em relação às regras de cálculo da vida útil, valor residual e cota de depreciação bem como a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado.

O sistema patrimonial do CNJ (GEAFIN) emite relatório com as depreciações mensais utilizando o método das cotas constantes e a Seção de Contabilidade realiza o lançamento no SIAFI, pois os sistemas não são interligados.

A depreciação de bens imóveis fica a cargo da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) no Ministério da Economia. O cálculo das cotas é feito por meio do Sistema SPIU-Net e lançado no SIAFI pela Coordenadoria de Contabilidade da União automaticamente todos os meses.

Amortização

Para os intangíveis, seguimos a NBC TSP 08 – Ativo Intangível.

Os bens passíveis de amortização no CNJ são as licenças de softwares. A vida útil de todos os softwares será de 5 (cinco) anos. Uma nova análise da vida útil pode ser realizada pelo Departamento de Tecnologia da Informação sempre que surgirem fatos novos que ensejam a revisão. O CNJ não possui software classificado como vida útil indefinida.

Mensalmente, o sistema patrimonial do CNJ emite relatório com a cota de amortização com a seguinte regra de cálculo:

$$\text{COTA DE AMORTIZAÇÃO MENSAL} = [(\text{CUSTO DE AQUISIÇÃO} - \text{VALOR RESIDUAL}) / \text{VIDA ÚTIL} *] / 12$$



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

** Via de regra, a vida útil é de 5 anos e o valor residual é zero.*

Ademais, também ocorre o acompanhamento das licenças cuja vida útil se aproxima do fim (5 anos após o início da utilização). O setor responsável pelo controle é acionado e responde se a baixa pode ser realizada ou não.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Notas Explicativas

NOTA I – Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas

As Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA's correspondem a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade. No sentido oposto, as Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD's correspondem a uma diminuição.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	2022	2021	Análise Horizontal (2022 x 2021)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	828.304.888,43	96.795.438,14	755,73%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	774.714.892,53	86.368.174,14	797%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	53.589.995,90	10.427.264,00	413,94%



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Variações patrimoniais aumentativas

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				
	2022	2021	Análise Horizontal (2022 x 2021)	Análise Vertical (2022)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	828.304.888,43	96.795.438,14	755,73%	100,00%
Transferências e Delegações Recebidas	826.826.853,56	95.111.099,83	769,33%	99,82%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.351.846,81	1.109.263,45	21,87%	0,16%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	126.188,06	575.074,86	-78,06%	0,02%

As três principais contas das VPA's, conforme o quadro acima, são: Transferências e Delegações Recebidas, Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos e Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.

A conta **Transferências e Delegações Recebidas** representa 99,8% das VPA's, totalizando R\$ 826,8 milhões. Esta conta abarca as cotas recebidas do Tesouro Nacional para execução orçamentária por parte do CNJ. Percebe-se que houve um aumento de 755,7% em relação ao mesmo período do ano de 2021. Este aumento refere-se à descentralização orçamentária ao CNJ para o pagamento de precatórios judiciais resultantes de causas processadas pela justiça comum estadual no valor de R\$ 712,2 milhões. Dessa forma, a Secretaria de Orçamento Federal descentralizou ao CNJ as dotações orçamentárias necessárias ao repasse financeiro aos tribunais de justiça.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

O saldo restante desta conta, cerca de R\$ 114 milhões, refere-se à cota recebida do Tesouro Nacional para tornar possível a execução do cronograma anual de desembolso deste Conselho.

A conta de **Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos**, que representa 0,16% do total das VPA's, apresentou um crescimento de 21,8% em relação ao mesmo período de 2021. Essa conta reflete valores transferidos pelo CNJ a outros órgãos federais via Termo de Execução Descentralizada, que será tratado em tópico específico.

Por último, a conta **Outras Variações Patrimoniais Aumentativas**, com 0,02% do total das VPA's, reúne valores como multas administrativas recebidas de contratos vigentes, indenizações e restituições diversas. Essa conta apresentou uma variação negativa de 78% em relação ao mesmo período de 2021.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Variações patrimoniais diminutivas

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				
	2022	2021	Análise Horizontal (2022 x 2021)	Análise Vertical (2022)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	774.714.892,53	86.368.174,14	797%	100,00%
Pessoal e Encargos	45.350.912,23	44.098.617,72	2,84%	5,85%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.726.143,55	1.742.229,08	-0,92%	0,22%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	41.451.595,68	34.767.824,56	19,22%	5,35%
Transferências e Delegações Concedidas	2.559.810,23	2.046.479,62	25,08%	0,33%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	683.103.951,46	3.133.670,29	21698,85%	88,17%
Tributárias	432.280,65	412.703,89	4,74%	0,06%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	90.198,73	166.648,98	-45,88%	0,01%

As três principais contas dessa variação são, respectivamente: Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, Pessoal e Encargos e Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo.

A conta **Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos** apresenta um aumento relevante em relação ao ano de 2021. Esta variação ocorreu devido à descentralização de dotações orçamentárias a este Conselho destinadas aos tribunais de justiça para pagamento dos débitos constantes de precatórios judiciais resultantes de causas processadas pela justiça comum



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

estadual. A Secretaria de Orçamento Federal descentralizou ao CNJ (conforme explicado no item Transferências e Delegações Recebidas) as dotações orçamentárias necessárias ao repasse financeiro aos tribunais de justiça, conforme estabelecido no art. 30, § 2º, da Lei 14.194, de 20 de agosto de 2021 - LDO 2022. Esses repasses somam, ao final do segundo trimestre, R\$ 681 milhões.

Na conta **Pessoal e Encargos** são registradas despesas com a remuneração de pessoal. Ela representa 5,85% do total das VPD's (R\$ 45,3 milhões). Essa conta não possui uma variação significativa ao longo dos anos, apenas evidencia a contratação de novos servidores e a progressão na carreira de seus atuais integrantes. Até o momento, aumentou apenas 2,84% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A conta **Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo** apresenta um total de R\$ 41,4 milhões, representando 5,35% do total das VPD's. O valor compreende: consumo de materiais para manutenção interna do expediente e também serviços relevantes como contratos de execução continuada em áreas variadas; apoio técnico à gestão de tecnologia da informação; motoristas; copeiragem; secretariado; locação do imóvel sede do CNJ; despesas com passagens aéreas; contas de água, luz e etc. Esta conta apresenta um aumento de 19,2% em relação a 2021, e esse aumento se deve principalmente aos serviços de terceiros prestados por pessoas jurídicas.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

NOTA II – Análise Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL				
ATIVO				
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	Análise Horizontal	Análise Vertical
ATIVO CIRCULANTE	209.112.458,37	89.945.716,96	132%	81%
Caixa e Equivalentes de Caixa	196.512.804,36	76.696.372,68	156%	76%
Créditos a Curto Prazo	9.211.034,95	10.006.896,88	-8%	4%
Estoques	354.253,01	500.651,20	-29%	0%
VPDs Pagas Antecipadamente	3.034.366,05	2.741.796,20	11%	1%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	49.537.662,52	52.354.960,78	-5%	19%
Imobilizado	42.334.104,68	43.884.942,16	-4%	16%
Intangível	7.203.557,84	8.470.018,62	-15%	3%
TOTAL DO ATIVO	258.650.120,89	142.300.677,74	82%	
PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	Análise Horizontal	Análise Vertical
PASSIVO CIRCULANTE	206.783.610,93	145.429.277,91	42%	80%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar	55.634.494,35	165.051,58	33607%	22%
Fornecedores e Contas a Pagar	72.541,64	8.300,00	774%	0%
Demais Obrigações	151.076.574,94	145.255.926,33	4%	58%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	206.783.610,93	145.429.277,91	42%	80%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020		
Resultados Acumulados	51.866.509,96	-3.128.600,17	-1758%	20%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	51.866.509,96	-3.128.600,17	-1758%	20%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	258.650.120,89	142.300.677,74	82%	



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Ativo

Caixa e Equivalentes de Caixa

Contém o saldo em caixa na Conta Única da União com o somatório dos valores em caixa e em depósitos bancários disponíveis, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade. O CNJ não gera receita diretamente, as receitas que suportam as despesas são oriundas de cotas repassadas pelo Tesouro Nacional. O saldo em Caixa se refere aos valores não utilizados até o momento.

O aumento em 156% na conta caixa se deve ao recebimento de financeiro para pagamento de Precatórios.

Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber decorrentes dos adiantamentos a pessoal. Os adiantamentos referem-se à antecipação de salários, adiantamentos de 13º e adiantamento de férias e outros tipos de adiantamentos. Essa conta representa 4% do total do ativo, e reduziu 8% em relação ao ano anterior. 97% dessa conta se refere à repasses de recursos financeiros via TED. Esses repasses aparecem no Ativo quando da concessão da programação financeira ao órgão descentralizado e somente serão baixados do Ativo no momento da prestação de contas pela descentralizada. A queda percentual se deve a comprovação de valores repassados.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Estoques

A conta de estoques não só abrange o estoque interno do CNJ, bem como recebe valores projeto de cooperação técnica internacional firmado entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o CNJ (BRA/18/019), para realização de coleta de informações biométricas para identificação civil das pessoas privadas de liberdade. Dessa forma, para a consecução dos objetivos pretendidos no projeto, o PNUD, organismo internacional cooperante, promoveu a aquisição de kits biométricos (aumentando a conta de estoque do CNJ) que foram transferidos ao CNJ para posterior doação aos tribunais regionais e justiça federal (reduzindo a conta de estoque do CNJ). A reduziu 29% em relação ao ano de 2021 se deve, boa parte, a essas transferências aos tribunais.

VPDs Pagas Antecipadamente

Trata-se de pagamentos antecipados cuja apropriação da despesa pelo fato gerador. Aqui, o CNJ emprega recursos para assinatura de jornais, seguro da frota e direitos de uso de software por tempo determinado quando há pagamento de todo direito de uso de forma antecipada. Com o passar do tempo, o uso do serviço contratado vai sendo levado ao resultado e a conta de pagamento antecipado vai sendo reduzida.

O maior impacto que fez com que a conta crescesse 10% de um ano para outro foi o pagamento pelo direito de uso de subscrição de licenças de uso de softwares.

Imobilizado

Compreende os bens móveis e imóveis da entidade. A redução se deve não só a apropriação da cota mensal de depreciação, bem como baixa de paredes divisórias para ajuste de layout.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Assim, apresenta o valor líquido entre as aquisições de softwares e suas correspondentes amortizações. Consta uma diminuição em relação ao ano anterior decorrente da amortização e baixa de softwares com vida útil expirada. Houve aumento em 32% em relação ao mesmo período do ano passado. A variação é composta tanto da soma pela aquisição de novas licenças quanto pela redução oriunda da apropriação das amortizações mensais.

Passivo

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais e outros com vencimento no curto prazo. Teve uma variação expressiva em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em particular, em junho, o CNJ ficou responsável por realizar pagamento de precatórios de diversos tribunais e universidades. Essa incorporação de passivo, fez com que o CNJ reconhecesse em seu passivo, para posterior pagamento, um total de 681 milhões, fazendo com que a conta aumentasse 33607%. O saldo que resta na conta 211210300 - Precatórios de Benefícios Previdenciários, R\$ 55,6 milhões, são ordens bancárias devolvidas, as quais, serão executadas no mês de julho.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores a curto prazo decorrente de serviços contratados e aquisições. O aumento de 774% deve-se a contas apropriadas em junho e pagas em julho.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores. Aqui consta quase a totalidade do passivo circulante. Desse total, 99% refere-se a transferências financeiras a comprovar via TED, ou seja, transferências recebidas pelo CNJ para prestação de contas ao ente descentralizador do recurso após a devida execução. Quando a prestação de contas, o valor é baixado do passivo.

Patrimônio líquido

O **Resultado Acumulado** é resultado da ponderação entre o Resultado do Exercício de 2022, que foi superavitário em R\$ 53,6 milhões, ou seja, da ponderação entre Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) as VPAs, entre janeiro e junho, foram maiores que as VPDs. Some-se a isso, o Ajuste de Exercícios Anteriores, positivo em R\$ 1,4 milhões, que abriga o reconhecimento de Despesas de Exercícios Anteriores e ainda o Resultados de Exercícios Anteriores, ou seja, VPA's e VPD's acumuladas até 2021, que foi deficitário em R\$ 3,1 milhões.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

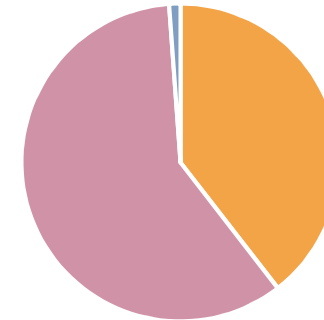
SEÇÃO DE CONTABILIDADE

NOTA III – Execução do Orçamento do CNJ

A dotação atualizada do CNJ para o ano de 2022 é de R\$ 228,3 milhões de reais distribuídos entre os três grupos de despesas: Pessoal e encargos sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos, da seguinte forma:

O CNJ recebeu mediante Destaque (transferência de créditos entre unidades gestoras de órgãos de estruturas diferentes) créditos (**R\$ 712,7 milhões**) para pagamentos de **PRECATÓRIOS** devidos pelos Tribunais do Poder Judiciário. Esse valor não consta na Dotação atualizada do CNJ uma vez que essa transferência é realizada após o estabelecimento dos Orçamentos de cada Unidade Gestora pela LOA (Lei de Orçamento Anual).

No entanto, os valores referentes aos precatórios constarão na execução da despesa do órgão que será demonstrada a seguir, justificando os valores superiores às Dotações apresentadas anteriormente.



- Pessoal e Encargos Sociais: R\$ 90,2 milhões
- Outras Despesas Correntes: R\$ 135,5 milhões
- Investimentos: R\$ 2,6 milhões



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Execução da Despesa

Considerando o exposto anteriormente (Dotação atualizada: R\$ 228,3 milhões + Destaque recebido: R\$ 712,7 milhões), a execução do orçamento, até o encerramento do segundo trimestre de 2022, se apresenta da seguinte forma: R\$ 865,5 milhões (92%) empenhados, R\$ 764,7 milhões (81%) liquidados e R\$ 703 milhões (75%) pagos.

Execução da Despesa por Grupos

Pessoal e Encargos Sociais

São despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativas a cargos e funções, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza.

Os elementos mais relevantes são: Vencimentos e Vantagens Fixas – R\$ 67,8 milhões e Obrigações Patronais – R\$ 10,9 milhões representam, juntos, 95% do valor empenhado para esse grupo de despesa.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Por serem previsíveis, as despesas deste grupo são empenhadas no início do exercício e executadas no decorrer do ano. Isso posto, até o momento tem-se:

Dotação atualizada	Empenho	Pagamento
R\$ 90.147.732,00	R\$ 82.579.797,80	R\$ 42.189.603,35
100%	92%	47%

Fonte: Elaboração Própria. Dados: Tesouro Gerencial

Outras Despesas Correntes

Possui uma significativa alocação dos recursos do CNJ, pois abrange despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica e outras "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

Além disso, nesse último trimestre, com a centralização pelo CNJ dos valores devidos a título de precatórios pelos Tribunais, temos ainda nesse grupo de despesa a execução dos valores recebidos por Destaque (já mencionado anteriormente) do Governo Federal. Por esta razão, os empenhos são maiores do que a dotação atualizada:

Dotação atualizada	Empenho	Liquidação	Pagamento
R\$ 135.541.717,00	R\$ 782.809.101,61	R\$ 722.453.902,67	R\$ 660.757.410,08



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

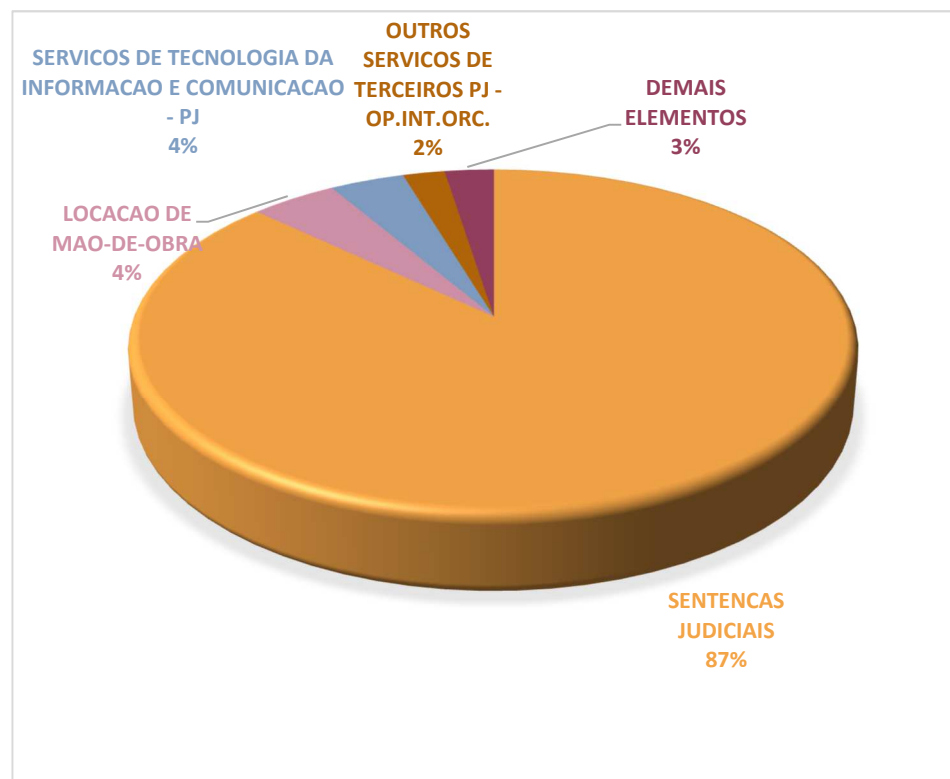
SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Os elementos de despesa mais significativos desse grupo são:

Sentenças Judiciais, Locação de mão de obra, Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação e Outros Serviços de Terceiros.

Juntos estes elementos representam 97% do total empenhado para Outras Despesas Correntes.

Distribuição o total empenhado até junho/22 (R\$ 783 milhões) por elemento de despesa do grupo Outras Despesas Correntes





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Sentenças Judiciais

Este elemento sozinho corresponde a 87% (R\$ 681,2 milhões) do valor total empenhado para o Grupo de Despesa, sendo, desse valor, 100% (R\$ 681,2 milhões) liquidado e 91% (R\$ 619,6 milhões) pago. O elemento abrange os valores dos Precatórios incluídos na Lei do Orçamento e as despesas correlatas como Honorários Sucumbenciais de Precatórios e Honorários Contratuais de Precatórios – Natureza Alimentícia.

Locação de Mão de Obra

Abrange despesas com prestação de serviços por pessoas jurídicas, tais como limpeza, apoio administrativo, técnico e operacional, vigilância ostensiva, limpeza e conservação das dependências, manutenção e conservação de bens imóveis, serviços de copa, cozinha e incêndio... ou seja, serviços para os quais não há previsão no quadro de carreira de servidores do órgão e que, portanto, precisam ser contratados à parte, mas sem que se refira à substituição de servidor.

O elemento representa 4% (R\$ 35 milhões) do empenho total do Grupo de despesa, desse valor, R\$ 12,1 milhões de reais (35%) já foram liquidados e R\$ 12 milhões (34%) foram pagos até o segundo trimestre de 2022.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

São despesas decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, não classificadas em outros elementos de despesa, tais como: locação de equipamentos e softwares, desenvolvimento e manutenção de software, hospedagens de sistemas, comunicação de dados, suporte de infraestrutura de TIC, serviços técnicos profissionais de TIC, serviços relacionados a computação em nuvem, treinamento e capacitação em TIC e outros. A tendência do mercado é que os gastos com softwares migrem do modo de aquisição de licença perpétua (Investimento) para o modo de subscrição de uso (aluguel - Despesas Correntes). Além disso, o período pandêmico tem aumentado despesas em Serviços de TIC, e por essas razões, em uma análise horizontal (comparando com o mesmo período em 2021) temos um aumento de 46% em despesas empenhadas para esse elemento.

Até o segundo trimestre de 2022, o elemento representa 4% (R\$ 30 milhões) do empenho total do Grupo de despesa, desse valor, R\$ 11,8 milhões de reais (39%) já foram liquidados e pagos.

Outros Serviços de Terceiros

São despesas orçamentárias decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas não classificadas em outros elementos, tais como: assinaturas de jornais e periódicos; tarifas de energia elétrica, locação de imóveis (inclusive despesas de condomínio e tributos à conta do locatário, quando previstos no contrato de locação); locação de equipamentos e materiais permanentes; conservação e adaptação de bens imóveis etc.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

O elemento representa 2% (R\$ 16,8 milhões) do empenho total do Grupo de despesa, desse valor, R\$ 6,5 milhões de reais (38%) já foram liquidados e pagos.

Investimentos

Investimentos são despesas orçamentárias com softwares, planejamento e a execução de obras e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. Até o encerramento do presente trimestre temos o seguinte cenário de execução orçamentária para o Grupo:

Dotação atualizada	Empenho	Liquidação	Pagamento
R\$ 2.617.389,00	R\$ 92.201,30	R\$ 86.544,10	R\$ 86.544,10
100%	4%	3%	3%

Fonte: Elaboração Própria. Dados: Tesouro Gerencial

No primeiro trimestre de 2022, o CNJ empenhou nos elementos Obras e Instalações e Equipamentos e Materiais Permanentes um total de R\$ 92,2 mil, e liquidou e pagou R\$ 86,5 mil. Sendo que, desse total, o segundo elemento (Equipamentos e Materiais



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

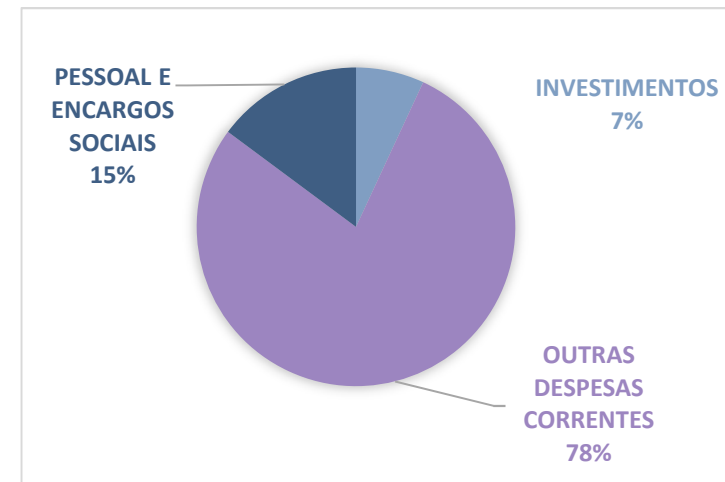
SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Permanentes) representa 96% (R\$ 82,9 mil) envolvendo despesas com Mobiliário em Geral, Peças Não Incorporáveis a Imóveis, Coleções e Materiais Bibliográficos e Obras de Arte e Peças para Exposição.

NOTA IV – Restos a Pagar

Consideram-se Restos a Pagar (RP) ou resíduos passivos as despesas empenhadas mas não pagas dentro do exercício financeiro. A Lei 4.320/1964 distingue os Restos a Pagar em processados (RPP) e não processados (RPNP). Os “processados”, passaram pelo estágio de liquidação da despesa e aguardam pagamento. Já os “não processados”, foram empenhados e estão pendentes de liquidação e pagamento.

O total inscrito em RP em 31.12.2021 no Órgão para execução durante o exercício de 2022, foi R\$ 5 milhões: R\$ 4,8 milhões em RPNP e R\$ 216,6 mil em RPP (inscritos e reinscritos de exercícios anteriores) distribuídos, por grupo de despesa, da seguinte forma:





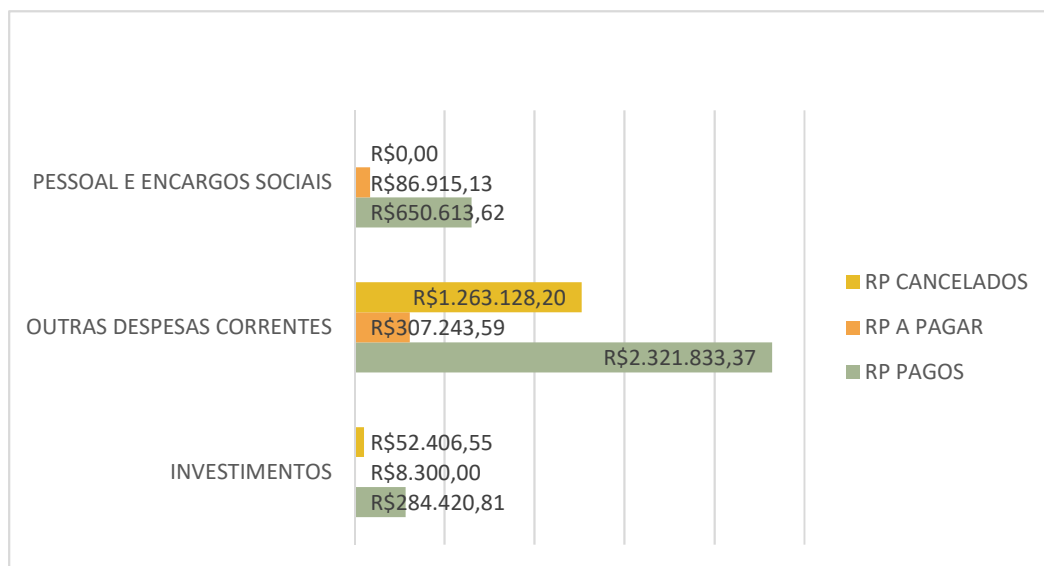
Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE



PESSOAL E ENCARGOS: 15% dos RP total inscritos são para despesa com pessoal (R\$ 738 mil): Destes, R\$ 651 mil foram pagos; R\$ 87 mil estão pendentes de liquidação para pagamento.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES: 78% do total inscrito no CNJ em RP são para despesas correntes. Do valor inscrito (R\$ 3,9 milhões) R\$ 1,3 milhões foi cancelado; R\$ 2,3 milhões foram pagos e R\$ 307 mil estão a pagar.

INVESTIMENTOS: 7% dos RP inscritos são para despesas com investimentos (R\$ 345 mil) dos quais: R\$ 284 mil foram pagos; R\$ 52 mil cancelados e restam R\$ 8,3 mil a pagar.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

NOTA V – Descentralização Orçamentária – Créditos Concedidos e Recebidos via TED

Para realização de atividades de interesse recíproco, são realizadas transferências voluntárias via Termo de Execução Descentralizada – TED. Os TED's viabilizam ao CNJ o cumprimento de sua missão de desenvolver políticas judiciárias que promovam a efetividade e a unidade do Poder Judiciário. Nesse contexto, são duas as possibilidades: ou o CNJ recebe orçamento de outros órgãos federais para execução financeira no CNJ, ou ele concede orçamento para execução em outros órgãos federais, sempre com interesse mútuo em gerar algum produto. Porém, nesta seção, não será abordada a efetividade das ações, mas sim seus aspectos contábeis.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Créditos concedidos

Na tabela a seguir encontram-se todos os valores concedidos, os órgãos de destino e o status da execução destes valores. Dessa forma, é possível verificar que, dos valores firmados até o presente trimestre (R\$ 10,3 milhões), 11% (R\$ 1,1 milhão) aguardam repasse e 87% (R\$ 8,9 milhões) já foram repassados e aguardam comprovação da utilização dos recursos.

CONVENENTE	INÍCIO DA VIGÊNCIA	FIM DA VIGÊNCIA	VALORES FIRMADOS	VALORES A REPASSAR	VALORES A COMPROVAR	VALORES COMPROVADOS
SECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES - SETEL/MCTI	20/12/2019	19/12/2023	7.700.000,00		7.700.000,00	
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	28/05/2019	27/05/2023	32.669,00	6.056,41	11.984,05	14.628,54
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	15/03/2021	30/05/2022	209.022,00	9.222,00	7.800,00	192.000,00
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	08/08/2020	30/11/2022	726.689,32	207.657,22	519.032,10	
COORDENACAO DE ORCAMENTO FINANÇAS DA DIRETORIA DE LOGÍSTICA POLICIAL DA POLÍCIA FEDERAL	17/05/2022	30/12/2022	278.536,52		278.536,52	
FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA	04/05/2020	31/07/2021	1.068.198,13	627.421,87	440.776,26	
SECRETARIA DO CONSELHO DA JUSTICA FEDERAL	24/11/2021	26/11/2026	300.000,00	267.552,34	32.447,66	
			10.315.114,97	1.117.909,84	8.990.576,59	206.628,54



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Secretaria de Telecomunicações - SETEL/MCTI (R\$ 7,7 milhões): trata-se de implementação da infovia fase 0 – Projeto Piloto – Interligação de alta velocidade via fibra óptica fluvial das cidades de Macapá (AP), Almeirim (PA), Santarém (PA) e Alenquer (PA).

Universidade Federal do Pará (R\$ 209 mil): tem por objetivo realizar a descentralização de crédito entre o Conselho Nacional de Justiça - CNJ e a Universidade Federal do Pará (UFPA) para a realização do Dimensionamento da Força de Trabalho das 120 unidades organizacionais do CNJ.

Universidade Federal de Pernambuco (R\$ 726 mil): trata-se da transferência de créditos orçamentários e recursos financeiros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), visando à realização do Projeto Laboratório de Mineração de Processos no Judiciário (CNJ/UFPE).

Coordenação de Orçamento e Finanças da Diretoria de Logística Policial da Polícia Federal (R\$ 278 mil): realização do II Curso de Formação da Polícia Judicial, destinado exclusivamente a 80 (oitenta) servidores do Poder Judiciário, da especialidade de Inspectores e Agentes da Polícia Judicial, cujas vagas foram destinadas a todos os Tribunais que possuem tais servidores em seus quadros.

Fundação Escola Nacional de Administração Pública (R\$ 1,06 milhão): objetiva o desenvolvimento de soluções que concorram para o aprimoramento da gestão de dados e de pessoas que fazem parte dos interesses do CNJ. Por isso, a implementação de ferramenta tecnológica para identificar a ansiedade laboral e o estresse ocupacional.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Secretaria do Conselho da Justiça Federal (R\$ 300 mil): tem por objeto a transferência de recursos do Conselho Nacional de Justiça para o Conselho da Justiça Federal, para custear as despesas decorrentes da realização de serviços gráficos de interesse institucional do CNJ

Créditos recebidos

Ao final do 2º trimestre de 2022, os valores advindos de outros órgãos (de TED's vigentes e/ou a comprovar) somam R\$ 145,5 milhões, sendo que apenas 0,3% (R\$ 465 mil) deste valor consta a receber e 99,6% (R\$ 144,9 milhões) já foram repassados e restam a comprovar. Os valores e os status destes créditos podem ser visualizados individualmente na tabela a seguir.

ÓRGÃO DETENTOR DO ORÇAMENTO	INÍCIO DA VIGÊNCIA	FIM DA VIGÊNCIA	VALORES FIRMADOS	VALORES A RECEBER	VALORES A COMPROVAR	VALORES COMPROVADOS
DEPEN/DIRETORIA DE POLITICAS PENITENCIARIAS	23/10/2018	23/04/2023	20.000.000,00		20.000.000,00	
DEPEN/DIRETORIA DE POLITICAS PENITENCIARIAS	09/11/2018	09/05/2023	35.000.000,00		35.000.000,00	
DEPEN/DIRETORIA DE POLITICAS PENITENCIARIAS	20/12/2018	19/06/2021	35.000.000,00		35.000.000,00	
FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	04/07/2019	20/12/2021	4.683.980,86	317.542,24	4.366.438,62	



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

SECRETARIA DO CONSELHO DA JUSTICA FEDERAL	02/12/2020	01/10/2023	50.000.000,00		50.000.000,00	
SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	23/12/2020	31/12/2022	300.000,00		300.000,00	
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	27/08/2018	27/08/2023	100.000,00	42.592,71	0	57.407,29
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	02/07/2018	01/03/2020	24.700,93	7.082,87	17.618,06	
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	30/09/2019	30/09/2024	100.000,00	97.960,78	2.039,22	
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	18/12/2020	31/12/2022	300.000,00		300.000,00	
			145.508.681,79	465.178,60	144.986.095,90	57.407,29

Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN (R\$ 90 milhões): trata-se de participação em diversos projetos, sendo 35 milhões para o Projeto Penas Inteligentes - Aperfeiçoamento, interoperabilidade e disseminação nacional do Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU; 35 milhões para promoção da documentação civil das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, incluindo a execução do cadastramento da identificação biométrica; e 20 milhões destinados à redução da superlotação e superpopulação carcerária brasileira.

Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - FDD - do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP (R\$ 4,7 milhões): coordenação do Projeto “Justiça Começa na Infância - fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral”.

Conselho da Justiça Federal (R\$ 50 milhões): tem por objetivo a execução de ações voltadas à inovação, transformação digital e efetividade na realização da justiça para todos.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Tribunal Superior do Trabalho (R\$ 300 mil) e **Superior Tribunal de Justiça** (R\$ 300 mil): organização técnica, operacional e logística da reunião anual da rede global de integridade judicial, realizada em Brasília.

Elaboração

Luiza Mendes de Campos
Analista Judiciário – Área Administrativa
Priscila Karla da Silva Wink
Analista Judiciário – Contabilidade
Rodrigo Miguel Sousa
Técnico Judiciário

Revisão

Priscila Karla da Silva Wink

Contadora do Conselho Nacional de Justiça
CRC nº PE-023202/O

Seção de Contabilidade – Secretaria de Orçamento e
Finanças

(61) 2326-5136/5128/5141